

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Nas Pescas - sector relevante para a economia dos Açores pelo impacto no emprego, pelo peso na criação de riqueza e pela importante participação nas exportações - o Governo dos Açores vai prosseguir as políticas de desenvolvimento da atividade, garantido a sua sustentabilidade e promovendo a melhoria do rendimento dos seus profissionais.

O Programa 3 “Pescas e Aquicultura”, tem previsto um investimento de 24,6 milhões de euros, sendo 17,1 milhões de euros do Plano e 7,5 milhões de euros com origem em Outros Fundos.

É certo que aparentemente existe uma redução do total de investimento relativamente aos dois anos anteriores, mas isso

deve-se à conclusão de obras com maior volume de participação comunitária, como são os casos do Porto de Rabo de Peixe e o Porto da Povoação.

O Projeto “Infraestruturas Portuárias” dispõe de 11,8 milhões de euros, onde se destacam as Ações “Construção do Entrepósito Frigorífico de Ponta Delgada”, “Portos da Região”, onde se incluem os protocolos com as organizações de produtores e outras instituições, e “Aquisição de centrais de gelo para os portos da Praia da Vitória, S. Mateus, Horta e Madalena”.

Estão também previstas verbas, na ordem dos 5,8 milhões de euros, para o Projeto “Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas”, 3,6 milhões de euros para a “Frota e Recursos Humanos”, 2,2 milhões de euros para “Produtos da Pesca” e 1,1 milhões destinados à Ação “Inspeção e Gestão”.

Na última década foi efetuado um grande esforço financeiro na construção e requalificação de portos de pesca por todas as ilhas

do Açores, dotando-os de boas condições para os profissionais do mar, melhorando as zonas de abrigo, apoiando a renovação da frota, instalando equipamentos de uso coletivo, fornecendo água e eletricidade, apoiando as associações de produtores, construindo casas de apresto, lotas, postos de abastecimento de combustíveis, rede de frio, etc..

Hoje podemos afirmar que o panorama neste sector mudou radicalmente nos últimos anos, fruto de uma visão estratégica e de um trabalho intenso, que partiu praticamente do zero, apoiado pelos pescadores, através das suas associações representativas, que souberam, desde logo, aproveitar os meios ao seu dispor para incentivar os seus associados para a modernização da frota, criando assim melhores condições a bordo das embarcações.

Hoje podemos afirmar, também, que transformamos radicalmente a profissão de pescador. De uma atividade pobre, quase sempre a meio tempo, muitas vezes portadora de um estigma negativo, passamos a ter uma profissão condigna, a

tempo inteiro, com perspetivas de futuro, dotada de boas condições de trabalho e de segurança, e, por isso, com os riscos mais mitigados.

Depois de terminar o ciclo das infraestruturas portuárias, este Plano de Investimentos contempla uma mudança de paradigma. A prioridade vira-se para a valorização dos produtos da pesca, com o reforço e a reabilitação da rede de frio.

O futuro da pesca passa por vender melhor. É nessa linha que o Governo dos Açores vai investir 4,5 milhões de euros no Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada, 2 milhões na aquisição de centrais de gelo para diversos portos e ainda 1,4 milhões de euros destinado a melhorias de operacionalidade de algumas infraestruturas portuárias, às lotas e oficinas.

Mas a valorização passa também por uma maior eficácia no processo de escoamento, desde o manuseamento, passando pelo transporte, até à colocação nos mercados.

As organizações de produtores têm aqui boas oportunidades, desde a intervenção em caso de depreciação dos preços na primeira venda, passando pela transformação e congelação para posterior introdução no mercado.

Outra estratégia para a valorização do pescado passa pelo lançamento de campanhas para aumentar o consumo a nível interno, nomeadamente das espécies com menor valor comercial que, muito facilmente, poderão substituir espécies de menor qualidade provenientes de países terceiros, através da transformação para venda em fresco ou congelado.

Os selos de qualidade e certificação ambiental dos produtos da pesca, mormente os destinados à exportação poderão contribuir também para um incremento no preço médio desse pescado.

A formação dedicada à valorização dos produtos da pesca tem um papel muito importante nesta trajetória e revela-se fundamental

para a entrada do pescado em novos mercados que, por serem mais exigentes, relevam o seu valor comercial.

Por outro lado o transporte assume-se como um significativo contributo para o incremento de mais-valias deste produto quando negociado em fresco e com a boa qualidade que lhe é reconhecida.

As novas Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo permitirão ultrapassar alguns constrangimentos sentidos - agora muito menos frequentes, felizmente - nas ligações das ilhas para os principais aeroportos de saída da Região e destes para o exterior.

O mercado da saudade nos Estados Unidos da América e Canadá terá de ser melhor trabalhado, aproveitando as ligações aéreas diretas a partir da Região.

A Escola do Mar dos Açores, considerada uma prioridade para o Governo dos Açores, está em processo de instalação.

Esta estrutura destina-se a capacitar os Açores para dar respostas no âmbito das profissões do mar, em primeiro lugar, às necessidades formativas da Região e, em segundo lugar, prestando esse serviço no âmbito dos mercados nacionais e internacionais.

As parcerias com a Universidade do Açores, que importa prosseguir, têm-se revelado fundamentais no acompanhamento da gestão dos *stocks* e na investigação científica ligada ao mar.

A aquicultura representa também um complemento à pesca tradicional que poderá trazer rendimento.

Está a ser preparado um programa de incentivos destinado à criação de emprego nesta área, enquanto se faz o levantamento das zonas com potencial para a implantação de unidades de exploração.

A fiscalização é outro dos fatores determinantes a que o Governo dos Açores vai dar uma atenção especial. A utilização dos meios

existentes, coadjuvados pelas novas tecnologias, de modo a persuadir os profissionais para o cumprimento das regras e evitar a fuga à lota, a pesca em zonas interditas e a introdução no mercado de pescado ilegal por embarcações não licenciadas.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

O ex-Presidente do Governo dos Açores, Carlos César disse, em determinado dia, nesta casa: “o mar dos Açores é muito mais do que a nossa vista alcança”.

O mar dos Açores, com mais de metade do mar do país, dá a Portugal uma dimensão Atlântica, aproximando as nossas fronteiras do continente americano, atribuindo-lhe uma relevância geoestratégica no espaço europeu.

Estas verdades irrefutáveis sublinham as potencialidades deste importante património para a economia da Região, uma fonte de riqueza pelos recursos marinhos que poderão ser determinantes,



num futuro próximo, para a criação de emprego e crescimento económico dos Açores.

A gestão partilhada dos recursos do Mar dos Açores é de vital importância para os Açorianos e, como tal, deve ser acautelada e, depois disso, respeitada. Os de lá não podem esperar dos de cá, o exercício de uma função de simples consultor ou um papel meramente administrativo, mas antes de codecisor, de acordo com os preceitos lavrados na Constituição Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo.

Li, há relativamente pouco tempo, que o melhor lugar na Terra era... no mar!

Essa constatação, que eu confirmo por experiência própria, vem a propósito das outras utilizações do mar que hoje trazem valor acrescentado à economia dos Açores.

O mergulho com escafandro autónomo, a observação de cetáceos e de aves marinhas, são atividades introduzidas nos últimos anos

e que começam a dar resultados. Representam apenas nichos de mercado, é certo, mas são importantes para as pequenas economias insulares.

A pesca desportiva e a pesca turismo têm também potencialidades para crescer e ganhar espaço na oferta de animação turística.

Queremos que o mar dos Açores continue a ser um dos melhores lugares na Terra, mas ambicionamos mais. Queremos que a Região seja parte na exploração dos recursos e que essa exploração seja ambientalmente sustentável.

Sala das Sessões, 27 de Novembro de 2014.

O Deputado,

José Manuel Gregório de Ávila